ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 40 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I40.17869

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA FOME DE POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO BRASIL

Nutritional and food security and urban agriculture: a strategy against hunger for people in social vulnerability in Brazil

Seguridad alimentaria y nutricional y agricultura urbana: una estrategia para combatir el hambre en poblaciones vulnerables en Brasil

DEYVISON LOPES DE SIQUEIRA
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

ALBÉR CARLOS ALVES SANTOS
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

BRUNO JESUS DO NASCIMENTO
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Resumo: A segurança alimentar e nutricional é um desafio complexo enfrentado por pessoas em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Em 2022, de acordo com dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, registrou-se que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer diariamente. Assim, analisa-se a agricultura urbana como uma alternativa para melhorar a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis. Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de investigar o papel da agricultura urbana na melhoria da segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis. Apresenta, ainda, a importância das hortas urbanas em relação à segurança alimentar e nutricional, especialmente para a população que vive em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, os mapas e demais dados em diálogo com os conceitos e, sobremaneira, o fortalecimento das políticas públicas, poderão fomentar hortas urbanas como espaços de cultivo de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, consolidando redes em diferentes cidades para extinção da fome como uma síntese da perversa e contradição concentração da renda e das mazelas históricas no Brasil.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Alimentação. Segurança Alimentar. Vulnerabilidade Social.

Abstract: Nutritional and food security are complex challenges being faced by people in contexts of social vulnerability in Brazil. In 2022, according to the data gathered with the National Inquiry About Food Insecurity During the COVID-19 Pandemic in Brazil, 33.1 million people did not have enough food to eat every day in a stable manner. Therefore, urban agriculture is being analyzed as an alternative to improve the availability and access to healthy food. This article, utilizing a literature review, ponders the role of urban agriculture in guaranteeing the food and nutritional security of socially vulnerable people. It also presents the importance of urban farms in guaranteeing food and nutritional security, especially for socially vulnerable people. In that context, the maps, concepts and furthermore data show how the betterment of public policies could incentivize urban farms as spaces of food cultivation in urban and peri-urban areas, creating networks in different cities with the final objective of achieving food and nutritional security. Going against the historic social problems in Brazil and the malicious and predictable result of the accumulation of income which is hunger.

Keywords: Urban Agriculture. Food. Food Security. Social Vulnerability.

Resumen: La seguridad alimentaria y nutricional es un desafío complejo al que se enfrentan las personas en situación de vulnerabilidad social en Brasil. En 2022, según datos de la Encuesta Nacional sobre Inseguridad Alimentaria en el Contexto de la Pandemia de Covid-19 en Brasil, 33,1 millones de personas no tenían garantizada la alimentación diaria. Por ello, la agricultura urbana es analizada como una alternativa para mejorar la disponibilidad y el acceso a alimentos saludables. En este artículo se presenta una revisión de la literatura sobre el tema, con el objetivo de investigar el papel de la agricultura urbana en la mejora de la seguridad alimentaria y nutricional de las poblaciones vulnerables.

También presenta la importancia de los huertos urbanos en relación con la seguridad alimentaria y nutricional, especialmente para las personas que viven en situación de vulnerabilidad social. En este contexto, los mapas y otros datos, en diálogo con los conceptos y, sobre todo, el fortalecimiento de las políticas públicas, podrían fomentar los huertos urbanos como espacios para el cultivo de alimentos en áreas urbanas y periurbanas, consolidando redes en diferentes ciudades para erradicar el hambre como síntesis de la perversa y contradictoria concentración de ingresos y problemas históricos en Brasil.

Palabras clave: Agricultura Urbana. Alimentación. Seguridad alimentaria. Vulnerabilidad social.

INTRODUÇÃO

"Ser rico significa ter comida para o ano inteiro."

Camponês do Nepal

"A globalização dos mercados de alimentos é uma estratégia atual para gerar fome."

Vandana Shiva
(*apud* Madeley, 2003, p. 43 e 65).

A urbanização crescente é um dos grandes desafios da atualidade, com isso as cidades enfrentam uma série de problemas, como a fome, a insegurança alimentar[1], a pobreza, as desigualdades sociais e os impactos ambientais. Nesse sentido, a agricultura urbana é uma alternativa para tornar as cidades mais sustentáveis e resilientes, ao mesmo tempo que contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a geração de emprego e renda e o fortalecimento das comunidades locais.

Como afirma Oliveira (2019), a agricultura urbana pode ser vista como uma forma de proporcionar às pessoas um meio de produção de alimentos frescos e saudáveis, enquanto se lida com a natureza e se fortalece o vínculo com a comunidade. Além disso, a agricultura urbana é uma forma de resgatar a conexão das pessoas com o ambiente; nesse sentido, Louv (2011) destaca que a agricultura urbana é um meio de fazer as pessoas se reconectarem com a terra, mesmo em um ambiente urbano. Ela ajuda as pessoas a entenderem melhor a relação entre a natureza e os alimentos que comem. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir o potencial da agricultura urbana como solução para a fome, que é uma expressão da questão social que gera situação de vulnerabilidade[2] no Brasil, apresentando seus benefícios, desafios e perspectivas.

---

1 A insegurança alimentar pode ser dividida entre leve, moderada e grave, conforme a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia). *Insegurança alimentar leve:* apresenta comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada; *Insegurança alimentar moderada:* apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos; *Insegurança alimentar grave:* caracterizada pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional. Acesso em: jul. 2023.

2 Para Ziegler (2013), constam três grupos de pessoas vulneráveis a partir da terminologia da FAO, quais

As práticas de agricultura urbana contribuem de forma significativa para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das pessoas, pois a produção local de alimentos pode aumentar a oferta de produtos frescos e saudáveis, reduzindo a dependência de alimentos industrializados e ultraprocessados, que muitas vezes são mais caros e menos nutritivos. De acordo com Oliveira (2019), a agricultura urbana pode ser vista como uma forma de proporcionar às pessoas um meio de produção de alimentos frescos e saudáveis, enquanto se lida com a natureza e se fortalece o vínculo com a comunidade[3].

Além disso, a agricultura urbana tem potencial de criar oportunidades de trabalho e renda para moradores das áreas urbanas mais vulnerabilizadas, que muitas vezes enfrentam dificuldades para conseguir emprego formal. Para Goldberg (2017), a agricultura urbana é uma fonte de emprego, de geração de renda e de economia solidária. Ela tem o potencial de mobilizar e envolver as pessoas, criar espaços de convivência e produzir alimentos.

A agricultura urbana desempenha um papel fundamental na produção de alimentos no espaço urbano e na redução da fome nas cidades, ao mesmo tempo que promove a inclusão social e a sustentabilidade. É importante ressaltar que a agricultura urbana não é uma solução isolada e deve ser pensada em conjunto com outras políticas e iniciativas que visem a promoção da segurança alimentar e nutricional, da justiça social e da sustentabilidade. A agricultura urbana tem o potencial de oferecer uma alternativa viável para a produção de alimentos nas cidades, reduzindo a necessidade de transportar alimentos de longas distâncias e minimizando as emissões de gases de efeito estufa associados ao transporte de alimentos (Vianna, 2018).

Em relação à redução da situação de vulnerabilidade causada pela fome, a agricultura urbana é uma forma de contribuir para a redução gradativa do número de pessoas que se encontram nessa condição, bem como para o fortalecimento da economia local, criando oportunidades de emprego e renda para as populações urbanas mais vulneráveis (Silva, 2013). Nesse mesmo contexto, a agricultura urbana se configura como uma solução criativa e inovadora para enfrentar a realidade da fome nas cidades e para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável (Goldberg, 2017).

O cenário atual dos desafios e problemas relacionados à fome no Brasil: reflexões sobre o potencial das práticas de agricultura urbana

> No caso específico do Brasil, ainda há os que não dormem porque têm fome e os que não dormem com medo dos que têm fome. Somos um país onde mais da metade da população não participa das riquezas, do conhecimento, da cultura e de tudo o mais que produzimos (Castro, 2002, p. 13).

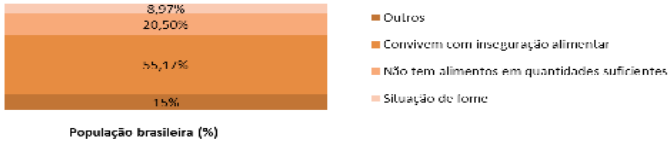
Assim, compreende-se que a atual situação do país em relação à insegurança alimentar e nutricional de uma parcela da população é muito grave, conforme revela os

sejam: pobres rurais, pobres urbanos e as vítimas das catástrofes. Assim, há subnotificação em diferentes contextos e regiões. São vítimas de uma geografia terrificante, que não entram nas estatísticas na acepção do autor.

3 Sobre tais cenários, ver os ensaios de Siqueira e Ferreira (2021) e Ferreira e Cepolini (2018).

dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (2022). Trata-se, portanto, de um contraste histórico, que perdura décadas e séculos. Nesse sentido, registra-se o total de *211,7 milhões de brasileiros(as), dos quais 116,8 milhões conviviam e/ou convivem com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome*, como apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Percentual de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (2022)

O agravamento da Insegurança Alimentar no Brasil, revelado no inquérito apontado anteriormente, é parte de um processo que já estava em curso, que se caracteriza pela deterioração das condições de vida de um significativo contingente da população brasileira e do aumento das desigualdades sociais. Para Souza *et al*. (2019), entre suas causas, encontram-se os potenciais impactos na Segurança Alimentar e Nutricional das políticas de austeridade adotadas no Brasil desde 2014, acarretando redução de investimentos relacionados às políticas sociais.

Nesse sentido, o II VIGISAN[4] desempenha um papel crucial na compreensão e no combate à insegurança alimentar no Brasil, fornecendo dados sólidos que podem ser usados para desenvolver políticas mais eficazes, direcionar recursos adequadamente e sensibilizar o público sobre essa questão crítica. Os dados do II VIGISAN são uma fonte valiosa de evidências para os pesquisadores. Eles podem ser usados para embasar discussões, estudos adicionais e ações concretas voltadas para a redução da insegurança alimentar.

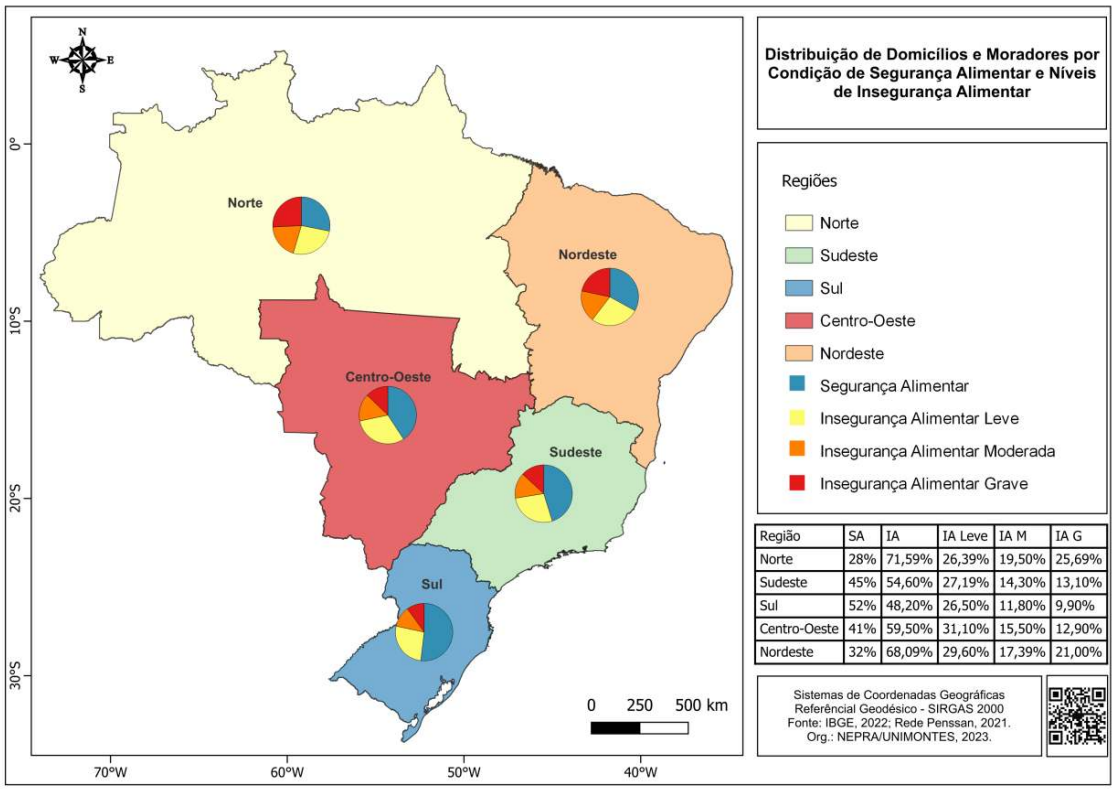
No contexto apresentado, os mapas têm como objetivo mostrar grupos específicos que enfrentam desafios mais significativos em relação à insegurança alimentar nas diversas regiões do Brasil. Esses dados revelam variados perfis de grupos sociais que estão lidando com situações de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) em nosso país.

O Mapa 1 fornece uma visão abrangente das condições de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) em domicílios nas diferentes regiões brasileiras. Notavelmente, a região Norte se destaca com a maior taxa de Insegurança Alimentar no país, atingindo 71,59%. Além disso, esta região também apresenta o mais alto índice de Insegurança Alimentar Grave, com 25,69%. Esses números são extraídos da distribuição

4 II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final.

dos domicílios e seus habitantes que enfrentam essas condições de SA e IA graves. Tais dados destacam a necessidade de atenção e intervenções direcionadas para enfrentar desafios significativos de segurança alimentar nessa região.

Mapa 1 – Domicílio e percentual de Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios nas diferentes regiões brasileiras



Região	SA	IA	IA Leve	IA M	IA G
Norte	28%	71,59%	26,39%	19,50%	25,69%
Sudeste	45%	54,60%	27,19%	14,30%	13,10%
Sul	52%	48,20%	26,50%	11,80%	9,90%
Centro-Oeste	41%	59,50%	31,10%	15,50%	12,90%
Nordeste	32%	68,09%	29,60%	17,39%	21,00%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022).

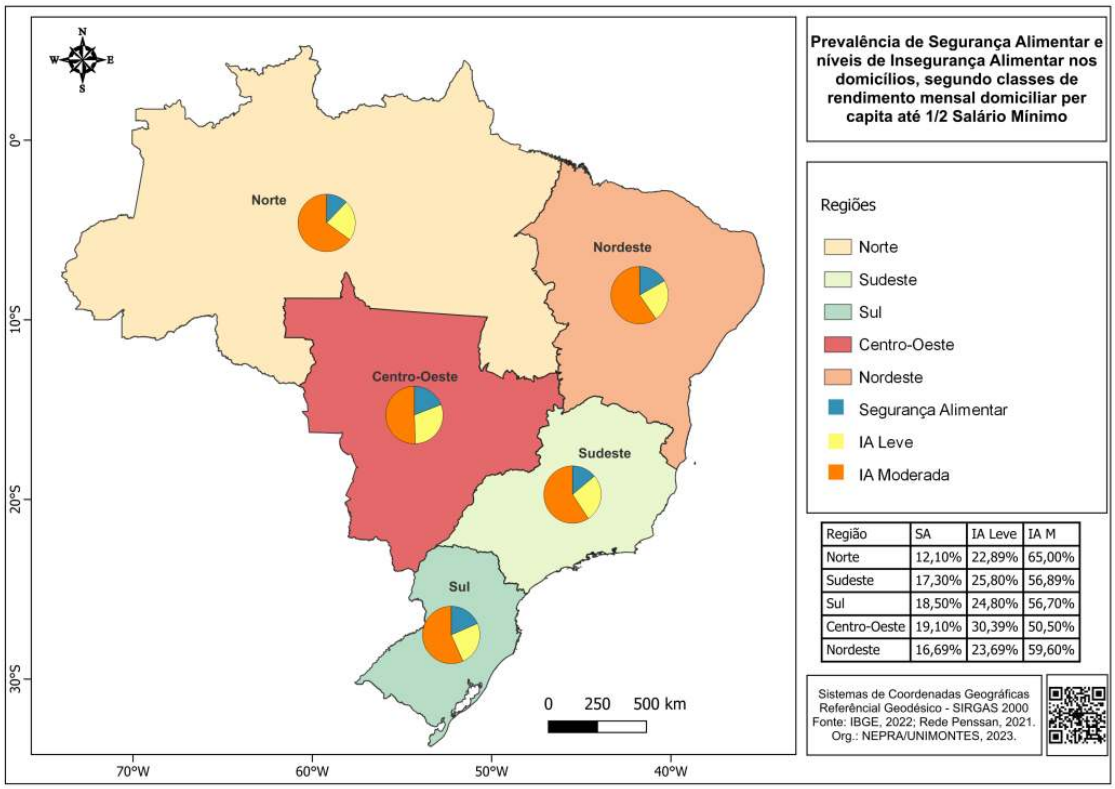
Nesse contexto, uma pesquisa global realizada pela Gallup, empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos, mostra que, comparada a 120 países (em desenvolvimento e desenvolvidos), a insegurança alimentar no Brasil ultrapassou em quatro vezes a média global em 2021 (Fiocruz, 2022).

O cenário é preocupante, são mais de 65 milhões de brasileiros que não têm condições de garantir o que comer durante o dia. Esse número representa as famílias que não possuem condições financeiras de garantir três refeições por dia. De acordo com Tereza Campello (Fiocruz, 2022), a fome é caracterizada pela falta de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

Nesse contexto, o Mapa 2 apresenta a prevalência de Segurança Alimentar (SA) e os diferentes níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios, categorizados de acordo com a classe de rendimento mensal por domicílio de até 1/2 salário mínimo em cada região do Brasil. Notavelmente, os dados revelam que a região Norte apresenta o menor índice de SA, com apenas 12,10%, enquanto a região Centro-Oeste, em comparação com as outras regiões, ostenta o maior índice de SA, atingindo 19,10%. Essas informações

ressaltam a variação significativa nas condições de segurança alimentar entre as diferentes regiões do país e podem servir como base para estratégias específicas de políticas públicas visando a melhoria da segurança alimentar em áreas mais vulneráveis.

Mapa 2 – Prevalência de Segurança Alimentar (SA) e os diferentes níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios considerando o rendimento mensal até 1/2 salário mínimo



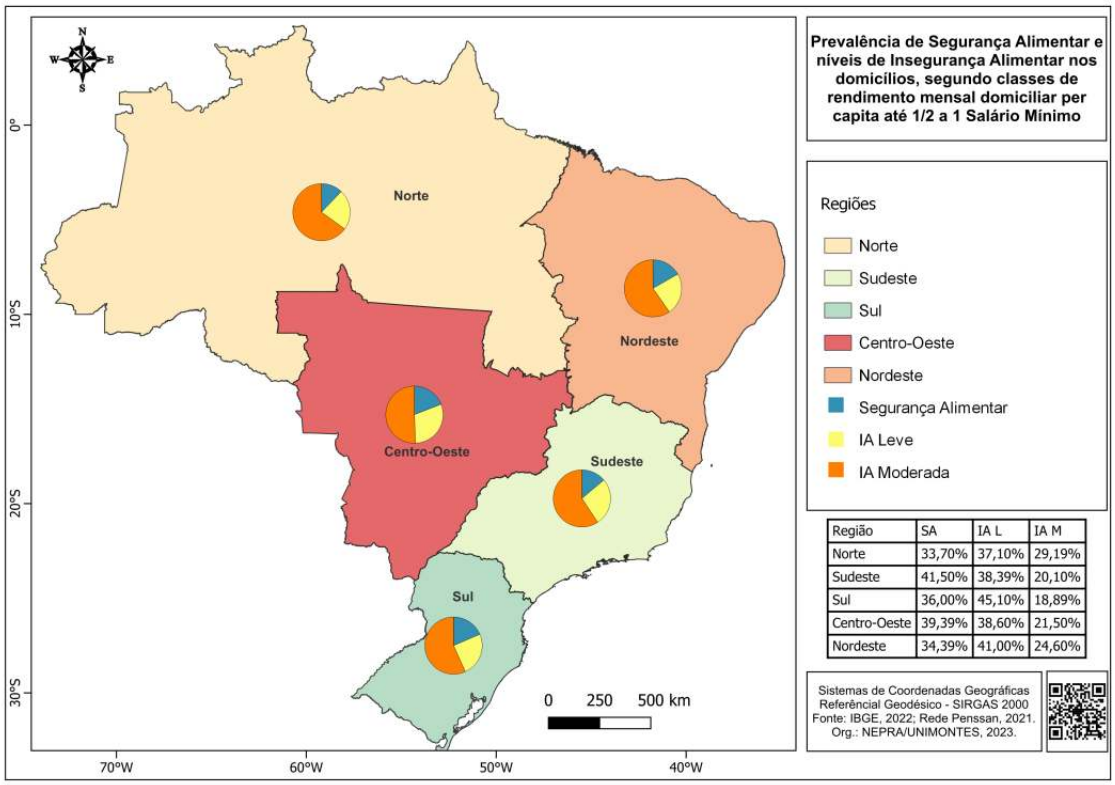
Região	SA	IA Leve	IA M
Norte	12,10%	22,89%	65,00%
Sudeste	17,30%	25,80%	56,89%
Sul	18,50%	24,80%	56,70%
Centro-Oeste	19,10%	30,39%	50,50%
Nordeste	16,69%	23,69%	59,60%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022).

Na mesma perspectiva, o Mapa 3 exibe a prevalência de Segurança Alimentar (SA) e os diversos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios categorizados com base na classe de rendimento mensal variando de 1/2 até 1 salário mínimo. Os dados revelam que a região Sudeste tem a maior taxa de SA, atingindo 41,50%, enquanto a região Norte apresenta o menor índice de pessoas em situação de SA no país, com apenas 33,70%.

Além disso, no que diz respeito aos níveis de IA moderada, a região Sul registra o índice mais baixo, com 18,89%, enquanto a região Norte, mais uma vez, em comparação com outras regiões, apresenta o índice mais alto, atingindo 29,19% em relação à IA moderada. Esses números ressaltam as notáveis disparidades regionais nas condições de segurança alimentar, destacando áreas de maior e menor vulnerabilidade social.

Mapa 3 – Prevalência de Segurança Alimentar (SA) e os diferentes níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios considerando o rendimento mensal de 1/2 salário mínimo até 1 salário mínimo



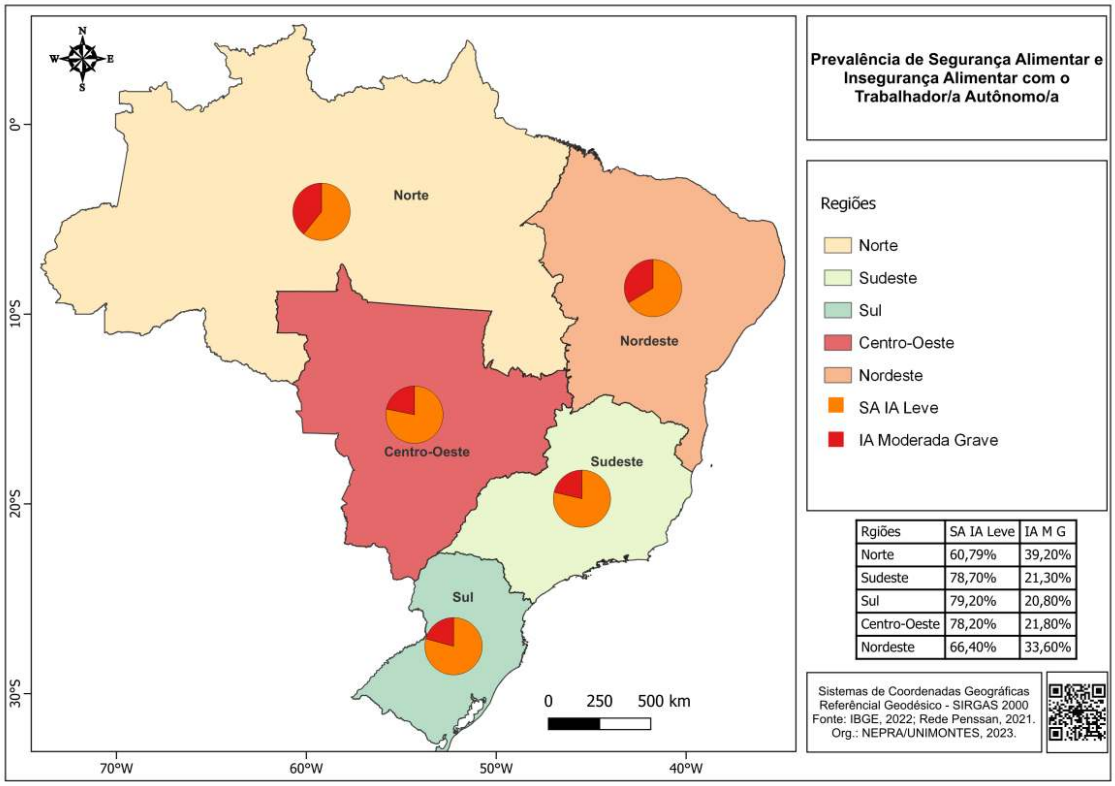
Região	SA	IA L	IA M
Norte	33,70%	37,10%	29,19%
Sudeste	41,50%	38,39%	20,10%
Sul	36,00%	45,10%	18,89%
Centro-Oeste	39,39%	38,60%	21,50%
Nordeste	34,39%	41,00%	24,60%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022)

Ainda neste mesmo contexto, o Mapa 4 destaca a prevalência de Segurança Alimentar (SA) leve e Insegurança Alimentar (IA) moderada entre trabalhadores autônomos por região. Os dados revelam notáveis disparidades regionais. Na região Norte, a SA leve é a menos comum, registrando apenas 60,79%, enquanto a região Sul lidera com um impressionante índice de 79,20% de pessoas em situação de IA leve no país.

No que diz respeito à IA moderada, mais uma vez a região Norte apresenta o maior índice, com 39,20%, contrastando com a região Sul, que detém o menor índice em relação à IA moderada, com apenas 20,80%. Esses números destacam as diferentes realidades enfrentadas pelos trabalhadores autônomos em todo o país e sublinham a necessidade de abordagens políticas que levem em consideração as particularidades de cada região.

Mapa 4 – Prevalência de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) e o trabalhador autônomo



Rgiões	SA IA Leve	IA M G
Norte	60,79%	39,20%
Sudeste	78,70%	21,30%
Sul	79,20%	20,80%
Centro-Oeste	78,20%	21,80%
Nordeste	66,40%	33,60%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022).

Na conjuntura atual, com o retorno do Brasil ao Mapa da Fome das Nações Unidas, é de extrema importância promover o debate sobre essa temática. Nesse sentido, Tereza Campello (Fiocruz, 2022) diz que para tentar solucionar esse problema é importante criar uma estratégia multidimensional, promover a integração de políticas continuadas e a discussão do direito humano à alimentação adequada, que são elementos essenciais para o enfrentamento da insegurança alimentar.

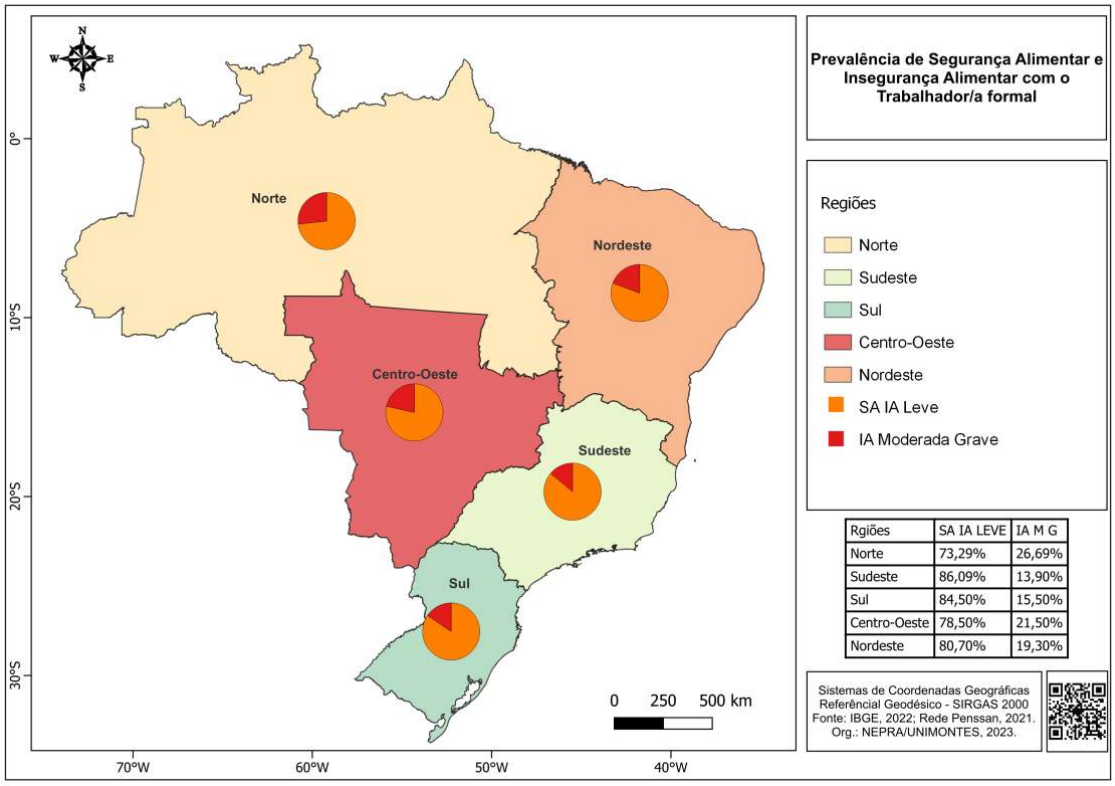
Ziegler (2002, p. 23) segue atual ao afirmar, de forma coerente, que a carência é social, "isto é, a distribuição injusta dos bens disponíveis. Milhões de seres morrem de fome a cada ano porque não têm os meios econômicos – e outros – de aceder a uma alimentação suficiente".

O Mapa 5 oferece uma visão abrangente dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) leve e moderada e grave entre trabalhadores formais, segmentados por região. Os dados destacam notáveis contrastes regionais. A região Norte, com um índice de apenas 73,29%, apresenta a menor taxa de SA e IA moderada, enquanto a região Sudeste, com um índice de 86,09%, registra a maior taxa nesse aspecto.

Quanto à situação de IA moderada e grave, é evidente que a região Norte enfrenta a situação mais desafiadora, com um índice de 26,69%, enquanto a região Sudeste exibe um indicador mais favorável, com apenas 13,90%, superando as demais regiões.

Esses dados ressaltam as diferenças marcantes na segurança alimentar entre trabalhadores formais em diferentes partes do país.

Mapa 5 – Prevalência de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) e o trabalhador formal



Rgiões	SA IA LEVE	IA M G
Norte	73,29%	26,69%
Sudeste	86,09%	13,90%
Sul	84,50%	15,50%
Centro-Oeste	78,50%	21,50%
Nordeste	80,70%	19,30%

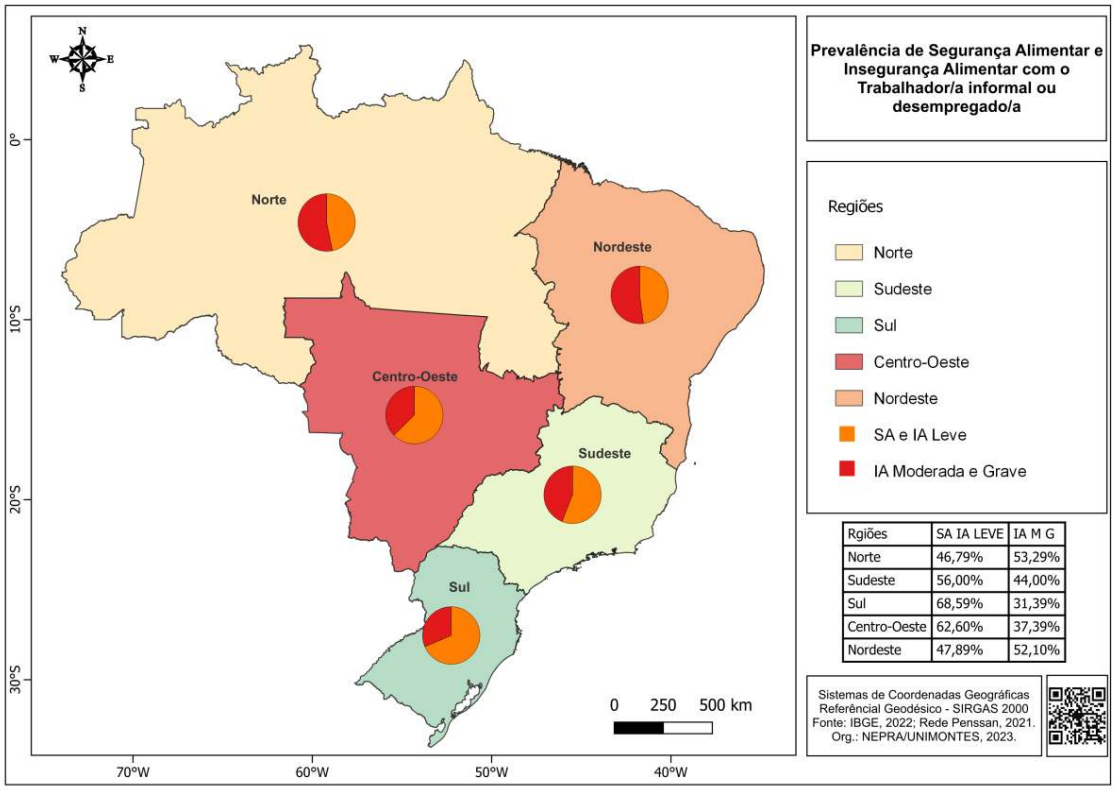
Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022).

O tema é o grande desafio atual, pensar estratégias para enfrentar os problemas em relação ao combate à fome e à pobreza no Brasil. Daí a importância de alternativas de produção de alimentos que sejam acessíveis para a população que vivem em situação de vulnerabilidade no espaço urbano.

O Mapa 6 oferece uma análise dos níveis de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) leve, moderada e grave entre trabalhadores informais ou desempregados, segmentados por região. Os dados revelam tendências significativas. No que diz respeito à SA e IA leve, a região Norte apresenta o índice mais alto, com 46,79% das pessoas nessa situação, enquanto a região Sul registra um índice ligeiramente melhor, com 68,59%.

Quanto à IA moderada e grave, novamente a região Norte apresenta o índice menos favorável, com 53,29%, destacando-se como a região mais afetada. Por outro lado, a região Sul exibe um índice mais positivo, com 31,39%, superando as demais regiões. Esses dados sublinham as desigualdades regionais na segurança alimentar entre trabalhadores informais ou desempregados e ressaltam a urgência de ações específicas e adaptadas às necessidades de cada região.

Mapa 6 – Prevalência de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) e o trabalhador informal ou desempregado



Rgiões	SA IA LEVE	IA M G
Norte	46,79%	53,29%
Sudeste	56,00%	44,00%
Sul	68,59%	31,39%
Centro-Oeste	62,60%	37,39%
Nordeste	47,89%	52,10%

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados do II VIGISAN (2022).

A análise dos dados apresentados nos mapas anteriores revela uma realidade complexa e heterogênea da segurança alimentar nas diferentes regiões do Brasil, particularmente quando consideramos variáveis como renda e ocupação. Esses dados são de extrema importância, pois destacam disparidades significativas e fornecem informações valiosas para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

Eles mostram que a insegurança alimentar afeta de maneira desigual trabalhadores formais, informais e desempregados em todo o país, com regiões como o Norte, enfrentando desafios particularmente acentuados. Essa análise aprofundada nos permite identificar áreas de maior vulnerabilidade e orientar estratégias específicas para melhorar a segurança alimentar, promovendo uma distribuição mais equitativa e justa dos recursos e oportunidades em todas as regiões do Brasil.

Nesse sentido, a agricultura urbana é um tema cada vez mais importante no debate sobre a segurança alimentar e a sustentabilidade nas cidades. A partir de uma reflexão sobre o potencial da agricultura urbana, é possível perceber como essa prática pode contribuir para a promoção da saúde, a redução da pobreza e a construção de comunidades mais justas e sustentáveis.

Segundo Altieri (2019), a agricultura urbana tem o potencial de fornecer alimentos frescos e saudáveis para as comunidades urbanas, reduzindo a dependência de alimentos processados e ultraprocessados que são frequentemente consumidos nas cidades.

Além disso, a agricultura urbana pode ajudar a promover a saúde mental e física das pessoas ao oferecer atividades ao ar livre, contato com a natureza e uma alimentação mais equilibrada.

Outro autor que destaca o potencial da agricultura urbana é Smit (2016), que afirma que essa prática pode contribuir para a redução da pobreza e a inclusão social. A agricultura urbana pode ser uma fonte de renda e emprego para as populações em situação de maior vulnerabilidade, além de promover o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos relacionados à agricultura e à produção de alimentos.

Sobre a questão da fome no Brasil, já na primeira metade do século XX, Josué de Castro (1984) apontou a multiplicidade de fatores que envolvem essa temática. Para ele, a fome é um fenômeno político, uma construção social que não é resultado da escassez de alimentos ou da falta de vontade daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. Dessa maneira, superar essa problemática necessita de uma ação estatal por meio de políticas públicas efetivas, que vislumbrem a democratização do acesso à terra e a socialização da riqueza socialmente produzida.

A fome tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional. As políticas públicas efetivas de combate à fome, como uma expressão social das desigualdades na sociedade brasileira, devem ter como meta um conjunto de elementos que se relacionam com a alimentação enquanto um direito humano. Nesse sentido, a partir de direcionamentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO-ONU), Guerra, Cervato-Mancuso e Bezerra (2019) apontam que:

> é direito de todo ser humano ter uma alimentação adequada e saudável, do ponto de vista da saúde, do respeito à cultura alimentar, da sustentabilidade econômica, social, ambiental, da disponibilidade e do acesso permanente aos alimentos de qualidade, sem comprometer outras necessidades inerentes a uma vida digna, como a educação, moradia, emprego e lazer (Guerra; Cervato-Mancuso; Bezerra, 2019, p. 3370).

A Constituição de 1988 (Brasil, 2016) representou um passo importante no reconhecimento normativo da alimentação como um direito humano. Ainda no âmbito da legislação, de acordo com o artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) – Lei nº 11.346, de 2006 –, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan),

> a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 1).

Nesse sentido, a segurança alimentar não se relaciona apenas com a fome, e sim com múltiplos fatores que, ao se conectarem com a questão direta da fome, promovem muito mais que satisfação imediata, uma vez que devem prover efetivamente qualidade de vida, com acesso a uma alimentação saudável. Em síntese, é a promoção de saúde que deve ser a meta quando se procura combater a fome.

De acordo com Nascimento e Segall-Corrêa (2023), entre o final de 2021 e o início de 2022, mais da metade da população brasileira não tinha assegurado o seu direito humano e constitucional à alimentação adequada. Esses dados demonstram o quanto a questão da insegurança alimentar vem se agravando no país, sobretudo após os últimos governos expressamente vinculados ao interesse do capital externo em detrimento de políticas públicas efetivas que enfrentassem a questão da segurança alimentar.

Analisando os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, por exemplo, Nascimento e Segall-Corrêa (2023) ainda apontam que o estudo

> também reafirmou, no contexto da insegurança alimentar, a já conhecida e permanente desigualdade social no Brasil. O flagelo da fome era mais frequente no Norte (25,7%) e Nordeste (21%) do país e nos domicílios localizados em áreas rurais (18,6%). Entre famílias com a pessoa de referência de cor peta ou parda a fome atingia 18,1% delas e quando do sexo feminino 19,3% dos domicílios. A fome também estava presente em famílias de baixa renda, 43% entre aquelas com renda média *per capita* de até ¼ do salário mínimo, de 36% quando havia desemprego da pessoa responsável. Outras condições de acesso desfavorável aos alimentos e que explicitam as iniquidades no Brasil foram observadas no I VIGISAN e mais agravadas no II VIGISAN, como são a baixa escolaridade, a precariedade da relação de trabalho, o endividamento das famílias e a existências de crianças pequenas no domicílio (Nascimento; Segall-Corrêa, 2023, p. 1).

Considerando esses dados, reforçamos o papel da agricultura urbana no enfretamento a esse desafio que é a fome no Brasil, com vistas à garantia da segurança alimentar como um direito humano. Como apontou Monteiro (2003), não queremos fazer uma relação direta da fome com a pobreza, apenas indicamos o quanto a situação de vulnerabilidade socioeconômica é um fator que pode ser agravante na questão da insegurança alimentar, sendo que a agricultura urbana é um meio de enfrentamento dessa questão.

A agricultura urbana também pode ajudar a construir comunidades mais justas e sustentáveis. Conforme observa Rosol (2018), a agricultura urbana é capaz de fomentar a cooperação e a solidariedade entre os membros da comunidade, além de estimular a produção local e o comércio justo. Além disso, a agricultura urbana auxilia na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas locais, bem como reduz a pegada de carbono e os impactos ambientais das atividades humanas nas cidades.

A agricultura urbana é uma prática que tem ganhado cada vez mais espaço nas cidades brasileiras, podendo ser vista como parte da solução para a questão social da fome. A partir de uma reflexão sobre o potencial da agricultura urbana, é possível perceber como essa prática pode ajudar a promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir a dependência de alimentos industrializados e ultraprocessados, bem como gerar emprego e renda para as populações mais vulneráveis.

Ressaltamos, ainda, que a agricultura urbana tem potencial de contribuir para a redução da fome nas cidades ao aumentar a oferta de alimentos frescos e saudáveis. Segundo Oliveira (2019), a agricultura urbana pode ser vista como uma forma de promoção da

soberania alimentar[5] ao permitir que as comunidades urbanas tenham acesso a alimentos cultivados de forma local e sustentável. Além disso, a agricultura urbana é um meio de ajudar a reduzir a dependência de alimentos transportados de longas distâncias, além de proporcionar impactos positivos na redução das emissões de gases de efeito estufa.

A agricultura urbana é uma importante ferramenta no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional nas cidades. A prática de produção de alimentos na cidade tem se mostrado uma importante aliada no combate à fome, especialmente em regiões urbanas. Ressaltamos que a prática da agricultura urbana é uma forma de aumentar a produção de alimentos e garantir o acesso à comida para populações em situação de vulnerabilidade.

Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana tem papel significativo na segurança alimentar, especialmente em áreas onde as pessoas enfrentam dificuldades para acessar alimentos de qualidade e com preços acessíveis. A agricultura urbana aumenta a oferta de alimentos saudáveis e frescos nas cidades, e permite que as pessoas tenham maior controle sobre a sua própria alimentação.

Outro autor que destaca a importância da agricultura urbana no combate à fome é Van Veenhuizen (2006). Segundo ele, a agricultura urbana auxilia na redução da dependência de alimentos importados e aumenta a resiliência das comunidades urbanas diante de crises alimentares. Além disso, a agricultura urbana pode ser uma fonte de emprego e renda para as populações mais vulneráveis, contribuindo para a redução da pobreza e da insegurança alimentar.

A agricultura urbana também reduz as desigualdades sociais, uma vez que cria oportunidades de emprego e renda para as populações mais vulneráveis. Como ressalta Silva (2013), a agricultura urbana pode ser vista como uma forma de inclusão social, ao permitir que as populações mais vulneráveis possam participar da produção de alimentos e do mercado local. Além disso, a agricultura urbana ajuda no fortalecimento da economia local, gerando renda e emprego para as comunidades urbanas.

Porém, é importante ressaltar que a agricultura urbana não é uma solução isolada para a fome e as vulnerabilidades sociais, mas deve ser pensada em conjunto com outras políticas e iniciativas que visem à promoção da segurança alimentar e nutricional, da justiça social e da sustentabilidade. Nesse sentido, é importante que os governos, as Organizações Não Governamentais e a sociedade civil trabalhem juntos para promover a agricultura urbana e outras práticas que possam contribuir para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

5 “Pode ser definida aproximadamente como o direito de países e comunidades determinarem a produção de alimentos de acordo com suas preferências e tradições culturais. O conceito de soberania alimentar dá menor importância ao comércio” (Madeley, 2003, p. 49).

Agricultura urbana e as experiências de hortas comunitárias em algumas capitais do Brasil

> O alimento não é apenas uma mercadoria que se compra e se vende. Não é apenas os nutrientes que consumimos. O alimento preenche muitas necessidades humanas – culturais, psicológicos e sociais, entre outras. Ele é o bem social (Madeley, 2003, p. 43).

A agricultura urbana tem se desenvolvido cada vez mais no Brasil, e as hortas comunitárias são uma das formas mais populares de prática dessa atividade nas cidades. Destacamos que as hortas comunitárias podem ser uma solução viável para a produção de alimentos e a promoção de saúde e bem-estar nas comunidades urbanas.

De acordo com Filho *et al*. (2018), a agricultura urbana tem crescido no país, impulsionada por fatores como a busca por alimentos saudáveis e orgânicos, a redução dos impactos ambientais causados pela produção de alimentos e a geração de emprego e renda. As hortas comunitárias são uma das principais formas de prática da agricultura urbana no Brasil, com experiências bem-sucedidas em diversas cidades do país.

Um exemplo de horta comunitária bem-sucedida é a Horta das Corujas, localizada em São Paulo. Segundo Silva e Oyama (2019), a Horta das Corujas é uma iniciativa comunitária que envolve a produção de alimentos em um terreno urbano comunitário, utilizando técnicas de permacultura e agroecologia. A iniciativa tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional, o convívio comunitário e a educação ambiental, e já se tornou referência para outras iniciativas de agricultura urbana no país.

A Horta das Corujas está localizada na zona oeste da cidade, é uma das hortas comunitárias mais conhecidas de São Paulo. Segundo Beiler *et al.* (2019), a horta foi criada em 2004 em um terreno baldio e hoje conta com mais de 200 canteiros cultivados por cerca de 100 famílias. Além de produzir alimentos saudáveis, a horta também promove a convivência entre os moradores e a educação ambiental.

Outro exemplo de horta comunitária é a Horta das Flores, em Belo Horizonte. Segundo Figueiredo *et al*. (2019), a Horta das Flores é uma iniciativa comunitária que busca promover a segurança alimentar e nutricional de comunidades em situação de vulnerabilidade na cidade, por meio da produção de alimentos orgânicos e saudáveis em um terreno urbano cedido pelo poder público. A iniciativa tem como objetivo promover a autonomia alimentar das comunidades e a educação ambiental, além de gerar renda por meio da comercialização dos produtos.

Existem outras experiências de hortas que podem ser citadas, a Horta do Ciclista, por exemplo, situada na zona sul da cidade, é outra iniciativa interessante. De acordo com Menezes *et al*. (2017), a horta foi criada em 2013 por um grupo de ciclistas e moradores da região, em um terreno abandonado que era utilizado como depósito de lixo. A iniciativa transformou o espaço em um local de convivência e produção de alimentos, que são distribuídos entre os próprios participantes e também doados para instituições de caridade.

A Horta do Povo do Jardim Damasceno, na zona norte da cidade, é outra experiência que merece destaque. Conforme relatado por Almeida e Santoro (2017), a horta foi criada em 2010 por um grupo de moradores da região que se organizaram para transformar um terreno abandonado em um espaço de produção de alimentos. Atualmente, a horta conta com mais de 60 canteiros cultivados por cerca de 40 famílias, além de promover atividades de educação ambiental e alimentar.

Citamos ainda outras iniciativas de hortas comunitárias, como a Horta das Flores, localizada no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, na zona sul da cidade. Segundo Miranda e Menezes (2017), a horta foi criada em 2014 por um grupo de moradores da região que transformaram um terreno abandonado em um espaço de produção de alimentos. A iniciativa conta com cerca de 25 canteiros cultivados por 10 famílias, além de promover atividades de educação ambiental e de convivência entre os participantes.

Temos ainda a Horta do Casarão, na comunidade do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, também na zona sul do Rio de Janeiro. De acordo com Gonçalves *et al*. (2016), a horta foi criada em 2012 em um terreno cedido pela Prefeitura do Rio e é gerida por um grupo de moradores da comunidade. A iniciativa conta com cerca de 25 canteiros cultivados por 15 famílias, além de promover a integração entre os participantes e a valorização da cultura local.

A Horta da Freguesia, na zona oeste da cidade, é outra experiência interessante. Conforme relatado por Lima e Souza (2018), a horta foi criada em 2013 por um grupo de moradores da região que transformaram um terreno abandonado em um espaço de produção de alimentos. Atualmente, a iniciativa conta com mais de 100 canteiros cultivados por cerca de 70 famílias, além de promover atividades de educação ambiental e de geração de renda.

As hortas comunitárias têm se mostrado uma forma viável e bem-sucedida de prática da agricultura urbana no Brasil, promovendo a produção de alimentos saudáveis e a promoção de saúde e bem-estar nas comunidades urbanas. Essas iniciativas são importantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como para a geração de emprego e renda e a promoção da sustentabilidade ambiental nas cidades.

As hortas comunitárias têm um papel significativo nas cidades, especialmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as hortas comunitárias são uma forma de promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir o desperdício de alimentos, aumentar a biodiversidade e a qualidade ambiental, além de fomentar a participação cidadã e a integração social.

Para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as hortas comunitárias representam uma fonte de alimentos frescos e saudáveis, muitas vezes inacessíveis em áreas urbanas onde há predominância de alimentos industrializados e processados. Além disso, as hortas comunitárias geram renda e oportunidades de emprego, bem como são excelentes formas de promoção da educação ambiental e convivência entre os membros da comunidade.

Como destacam Gonçalves *et al*. (2016), as hortas comunitárias podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de moradores de áreas urbanas, especialmente em regiões periféricas e em comunidades que passam por situações de vulnerabilidade socioeconômica onde a oferta de alimentos saudáveis é escassa. Segundo os autores, as hortas comunitárias são instrumentos importantes para a promoção da soberania alimentar, ou seja, a capacidade de as comunidades decidirem sobre os alimentos que desejam produzir e consumir.

Políticas públicas e agricultura urbana no Brasil: principais desafios e dificuldades

> O alimento é o bem que nos mantém vivos, a necessidade humana por excelência, o verdadeiro meio de vida, reconhecido na carta das Nações Unidas como um direito humano (Madeley, 2003, p. 43).

O Brasil atingiu, em 2022, a triste marca de 33 milhões de pessoas passando fome, segundo o inquérito da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan, 2022). Os números são mais absurdos quando se constata que 58,7% – metade do país – convivem com algum dos três níveis de insegurança alimentar, divididos em leve, moderado e grave.

E a situação do Brasil se agravou ainda mais devido à política implementada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022; inelegível), que durante o seu governo, através de cortes orçamentários, promoveu um desmonte das políticas de combate à fome com o fim de programas e com a criação da Medida Provisória 870/2019[6], que, sem discussão com a sociedade civil organizada, extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea[7]), causando impactos sobre a alimentação das famílias brasileiras que vivem em situação de vulnerabilidade social e dependem das políticas de assistência social do governo.

Nesse sentido, o atual governo federal, que tomou posse no início de 2023, deu um passo no sentido do combate à situação calamitosa em relação ao combate à fome. O primeiro passo se deu através da criação e execução de políticas públicas para tornar realidade a comida na mesa por meio do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), extinto em 2019 e retomado em fevereiro de 2023.

Além disso, retornou com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA[8]), que permite que a federação, os estados e os municípios comprem alimentos produzidos pela agricultura familiar para abastecer creches, escolas e hospitais públicos, assim como

6 Brasil. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, 1º jan. 2019.

7 Criado no governo Itamar Franco e reaberto no início do primeiro governo Lula, o Consea fazia parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que tem o objetivo de assegurar o direito à alimentação adequada a toda a população residente no território nacional.

8 Consiste na compra de frutas, legumes, leite e outros alimentos oferecidos por pequenos produtores para encaminhamento a populações em situação de vulnerabilidade.

restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, sendo outra alternativa importante para a minimização dos problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, o Quadro 1 apresenta outras leis que foram criadas no âmbito da esfera federal, estadual e municipal para assegurar a segurança alimentar e nutricional, propondo estratégias para a ampliação do acesso à alimentação. A criação dessas leis e decretos tem como objetivo principal aumentar as condições de acesso aos alimentos para a população que se encontra no estado de Insegurança Alimentar.

Quadro 1 – Relação de leis e decretos de Segurança Alimentar e Nutricional

Legislação	Função/objetivos	Data de criação	Esfera
Lei nº 11.346	Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Sisan, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.	15 de set. de 2006	Federal
Decreto nº 6.273	Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.	3 de nov. de 2007	Federal
Decreto nº 6.272	Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.	23 de nov. de 2007	Federal
Lei nº 22.806	Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Pesans) e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no âmbito do Estado.	29 de dez. de 2017	Estadual/MG
Decreto nº 47502	Regulamenta a Lei no 22.806, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans – e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no âmbito do Estado.	2 de out. de 2018	Estadual/MG
Lei nº 3.598	Autoriza a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Montes Claros. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Montes Claros, denominado Comsea-Montes Claros, com objetivo de assegurar o direito constitucional de cada pessoa à alimentação e à segurança alimentar e nutricional.	7 de nov. de 2006	Municipal

Fonte: Organizado pelos autores.

Mesmo assim, ainda há muitas pessoas que não têm acesso a alimentos saudáveis e nutritivos nas cidades brasileiras. A agricultura urbana pode ser uma solução para

esse problema, mas enfrenta desafios relacionados à falta de espaço e infraestrutura, bem como à falta de políticas públicas que incentivem sua adoção (Mougeot, 2005).

A falta de políticas públicas e de incentivos governamentais dificulta o desenvolvimento da agricultura urbana no Brasil. Sem apoio, os agricultores urbanos têm dificuldades para investir em infraestrutura, equipamentos e outros recursos necessários para a prática (Gonçalves *et al*., 2017).

Segundo Veríssimo e Campos (2015), em seu artigo "Agricultura urbana no Brasil: entre a marginalização e a regulamentação", a agricultura urbana necessita de políticas públicas que reconheçam e valorizem sua importância social, cultural e econômica, e que criem condições para sua inclusão nas políticas de desenvolvimento urbano e rural.

Assim, as políticas públicas voltadas para a agricultura urbana contribuem para a promoção da segurança alimentar, da sustentabilidade ambiental, da melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e da inclusão social dos agricultores urbanos, dentre outros benefícios. Para tanto, é fundamental que essas políticas sejam participativas, articuladas e integradas, envolvendo os diversos atores e instituições na temática.

A agricultura urbana é uma atividade que possibilita a melhoria da qualidade de vida nas cidades, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. Assad (2014) destaca que políticas públicas que incentivem a prática da agricultura urbana são essenciais para o seu desenvolvimento. É por meio dessas políticas que se torna possível promover a agricultura urbana como uma estratégia de combate à fome e de promoção da segurança alimentar nas cidades, além de fortalecer a economia local e criar empregos e renda para os moradores das áreas urbanas.

Nesse mesmo contexto, ainda para Assad (2016), a agricultura urbana pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem em áreas urbanas, pois permite o acesso a alimentos frescos e saudáveis, além de gerar renda e emprego para as pessoas que se dedicam a essa atividade. Nesse sentido, é importante que o poder público promova políticas de incentivo à agricultura urbana, como a oferta de terrenos e insumos para a produção, a capacitação técnica dos agricultores e a criação de canais de comercialização para os produtos agrícolas.

A partir do que foi apresentado, fica evidente que o incentivo do poder público à agricultura urbana pode contribuir significativamente para o combate à fome e para a promoção da segurança alimentar nas cidades, devido à capacidade de ampliação da produção de alimentos.

Agricultura urbana e as potencialidades em relação à promoção da segurança alimentar e nutricional

A agricultura urbana é uma prática promissora para promover a segurança alimentar e nutricional, é algo crescente em áreas urbanas em todo o mundo, especialmente em regiões onde o acesso a alimentos nutritivos é limitado, daí a necessidade de promover o incentivo à implementação de hortas urbanas e comunitárias e outras práticas de produção de alimentos.

Nesse sentido, a agricultura urbana é uma estratégia eficaz para melhorar a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas, proporcionando alimentos frescos e saudáveis para as comunidades locais (Mougeot, 2000). Assim, a agricultura urbana é uma excelente estratégia para melhorar a segurança alimentar e nutricional em áreas urbanas, especialmente para comunidades de baixa renda que têm acesso limitado a alimentos nutritivos e frescos.

A dificuldade de acesso a alimentos nutritivos é uma realidade em muitas áreas urbanas, especialmente em comunidades de baixa renda. O acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis pode levar a problemas de saúde. Nesse sentido, a agricultura urbana é uma solução para minimizar esses desafios, promovendo o aumento e a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis em áreas urbanas. As hortas urbanas e comunitárias oferecem uma fonte local de alimentos, permitindo que as comunidades tenham acesso a alimentos nutritivos e frescos a um custo mais acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> O problema da grave fome no mundo é um problema social. As centenas de milhões de pessoas que morrem todos os anos de subalimentação aguda morrem por causa da injusta distribuição de alimentos disponíveis no planeta (Ziegler, 2002, p. 108).

As disparidades regionais são notáveis, com algumas regiões enfrentando níveis preocupantes de insegurança alimentar, especialmente entre trabalhadores informais e desempregados. Isso destaca a necessidade premente de políticas públicas que abordem tais desigualdades, priorizando regiões em situação de maior vulnerabilidade e grupos mais afetados desses locais. É fundamental reconhecer que a segurança alimentar é um direito humano básico e fundamental para o bem-estar de uma sociedade. Portanto, a partir dessas informações, é crucial que ações coletivas e políticas públicas sejam implementadas em âmbitos nacional e regional.

Embora os dados da produção e exportações de *commodities* aumentem anualmente no Brasil e em outros países, seguimos a luta diária do pão nosso de cada dia com milhares... bilhões de famintos no mundo. Uma geopolítica da fome que, em muitos casos, pode configurar um verdadeiro genocídio e etnocídio (Ziegler, 2002).

Assim, as hortas comunitárias, bem como as práticas da agricultura urbana, têm um potencial significativo para melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e residem nas áreas urbanas, promovendo o acesso a alimentos saudáveis, gerando renda e o fortalecimento de redes comunitárias. Ou seja, é um caminho possível atrelado às outras políticas públicas para construção da soberania alimentar para erradicar a fome, a desnutrição e assegurar a segurança alimentar duradora e, quiçá, possibilitando ainda uma transição agroecológica.

As práticas de agricultura urbana têm um potencial como uma estratégia eficaz para garantir o acesso a alimentos frescos e nutritivos, bem como promover a inclusão social e minimizar os problemas de segurança alimentar e nutricional. No entanto, são

necessários investimentos adicionais em infraestrutura, capacitação e apoio governamental para expandir e fortalecer as práticas de agricultura urbana no Brasil, visando alcançar um impacto significativo na segurança alimentar e nutricional das pessoas em situação de vulnerabilidade social, construindo outro projeto de país, de desenvolvimento social e territorial que assegure a segurança alimentar e ambiental.

Por isso, reafirma-se que a compreensão da fome e da geopolítica da alimentação deve ser constantemente aprofundada frente às possibilidades da agricultura urbana e do campesinato na produção de alimentos, de culturas e de territórios de vida e trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. S.; SANTORO, F. M. Agricultura urbana e periurbana em São Paulo: conceitos e exemplos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 12(1), 1916-1925, 2017.

ALTIERI, M. A. The value of urban agriculture. *Solutions*, v. 10, n. 5, p. 44-51, 2019.

ASSAD, E. A agricultura urbana e a segurança alimentar nas cidades. *Embrapa*, 2014.

ASSAD, E. *Agricultura urbana*: o que é e como pode contribuir para a segurança alimentar das cidades. Embrapa, 2016.

BEILER, R. B. *et al*. Agricultura urbana na cidade de São Paulo: a experiência da horta das corujas. *Revista Geo UERJ*, 31(3), 1-16, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 17 maio 2023.

CASTRO, A. M. de. Prefácio. In: ZIEGLER, J. *A fome no mundo explicada a meu filho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome*: o dilema brasileiro – pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FERREIRA, G. H. C.; CEPOLINI, E. I. S. A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* (*online*), v. 203, p. 14-26, 2018.

FIGUEIREDO, M. R. *et al*. Hortas urbanas e sustentabilidade: a experiência da Horta das Flores em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, nº 2, p. 1-12, 2019.

FILHO, R. F. *et al*. Agricultura urbana: a percepção dos agricultores urbanos no Brasil. *Ciência Rural*, v. 48, nº 9, 2018.

FIOCRUZ. *Insegurança alimentar no Brasil é debatida durante seminário*. 2022. Disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-no-brasil-e-debatida-durante-seminario/. Acesso em: 27 jun. 2023.

GOLDBERG, S. S. *A agricultura urbana no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

GONÇALVES, D. B. *et al*. Hortas urbanas e a construção de territórios saudáveis. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. esp. 1, p. 202-215, 2016.

GONÇALVES, J. O. *et al*. Agricultura urbana e políticas públicas no Brasil: avanços e desafios. *Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia*, 14(1), 23-26, 2017.

GONÇALVES, M. C. R.; ARAÚJO, R. C. B.; NEVES, M. V. Agricultura urbana e periurbana no Morro dos Prazeres: experiências e desafios na construção de alternativas locais. *Caderno Metrópole*, 18(36), 391-413, 2016.

GUERRA, L. D. da S.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; BEZERRA, A. C. D. Alimentação: um direito humano em disputa – focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 3369-3394, 2019.

LIMA, T. R. L.; SOUZA, M. F. Hortas urbanas no Rio de Janeiro: o caso da horta da Freguesia. *Revista Geo UERJ*, 30(2), 1-18, 2018.

LOUV, R. *The nature principle*: human restoration and the end of nature-deficit Disorder. Algonquin Books, 2011.

MADELEY, J. *O comércio da fome*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MENEZES, C. C.; *et al*. Hortas urbanas comunitárias em São Paulo: conceitos, experiências e perspectivas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 12(1), 1557-1566, 2017.

MIRANDA, J. G. V.; MENEZES, C. C. Hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro: conceitos, experiências e desafios. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 12(1), 1723-1733, 2017.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, p. 7-20, 2003.

MOUGEOT, L. J. A. Agroecologia e urbanização sustentável: contribuições à sustentabilidade dos espaços urbanos. *Estudos Avançados*, 19(53), 43-64, 2005.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. *In*:

BAKKER, N. *et al*. (ed.). *The future of urban governance*. Farnham (Surrey): Ashgate Publishing, 2000. p. 341-358.

NASCIMENTO, R. C.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Dossiê: fome, os diferentes cenários no Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 30, p. 1-4, 2023.

OLIVEIRA, A. C. *Agricultura urbana*: um estudo de caso em São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *Hortas urbanas*: o que são e como fazer. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-bl658e.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

PENSSAN, Rede. II INQUÉRITO nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan, 2022.

ROSOL, M. Urban agriculture: a critical review of the literature. *Journal of Cleaner Production*, v. 181, p. 544-558, 2018.

SILVA, D. C. N.; OYAMA, M. D. A. C. Agricultura urbana e hortas urbanas como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional em São Paulo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e190142, 2019.

SILVA, M. J. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 1, 2013.

SIQUEIRA, D. L. de; FERREIRA, G. H. C. Agricultura urbana na cidade de Montes Claros-MG: um breve referencial teórico. *Boletim Alfenense de Geografia*, v. 1, p. 101-111, 2021.

SMIT, J. Urban agriculture: progress and prospects. *Urban Agriculture Magazine*, n. 32, p. 11-12, 2016.

SOUZA, L. E. P. F. *et al*. The potential impact of austerity on attainment of the Sustainable Development Goals in Brazil. *BMJ Global Health*, 4: e001661, 2019.

VAN VEENHUIZEN, R. Towards urban food security: household production and urban planning. *UrbanAgriculture Magazine*, n. 15, p. 22-24, 2006.

VERÍSSIMO, A. A.; CAMPOS, P. H. P. *Agricultura urbana no Brasil*: entre a marginalização e a regulamentação. In: 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. *Anais*... Belo Horizonte: SOBER, 2015. p. 1-18.

VIANNA, S. B. *Cidades e mudanças climáticas*: resiliência e adaptabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

ZIEGLER, J. *A fome no mundo explicada a meu filho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZIEGLER, J. *Destruição em massa*: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

SOBRE OS AUTORES

DEYVISON LOPES DE SIQUEIRA – Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Unimontes – Bolsista Capes. Mestre em Geografia pelo PPGEO da Unimontes. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: deyvisonsiqueira@yahoo.com.br

ALBÉR CARLOS ALVES SANTOS – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Unimontes. Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

E-mail: alber15369@gmail.com

BRUNO JESUS DO NASCIMENTO – Graduado em Licenciatura em Geografia – Unimontes. Atualmente cursa o Bacharelado em Geografia - Unimontes. Bolsista de IC no NEPRA - Unimontes.

E-mail: brunojesusgeo80@gmail.com

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA – Professor do Departamento de Geociências, PPGEO e PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários – NEPRA/Unimontes.

E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br